


ARTES DE CURA COM A MEDICINA DA TERRA: EDUCAÇÃO E SABERES DE MULHERES RIBEIRINHAS DA AMAZÔNIA TOCANTINA

 <https://doi.org/10.56238/arev7n3-046>

Data de submissão: 07/02/2025

Data de publicação: 07/03/2025

Erleny Garcia Arnoud

Mestranda em Educação e Cultura

Universidade Federal do Pará

Cametá-Brasil

E-mail: erlenybalieiro1805@gmail.com

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3990345257016875>

Benedita Celeste de Moraes Pinto

Pós-doutora em Educação

Universidade Federal do Pará

Cametá-Brasil

E-mail: celestepinto@ufpa.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9450-5461>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7489392738166786>

Clara Rízia Pinheiro Felix

Mestranda em Educação e Cultura

Universidade Federal do Pará

Cametá-Brasil

E-mail: criziapf@gmail.com

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6137698337211937>

RESUMO

Este estudo investiga como as mulheres ribeirinhas da Ilha Téntem, em Cametá (PA), exercem seus saberes relacionados às plantas medicinais e constroem sua identidade mediante suas vivências culturais e ancestrais. Metodologicamente, além da pesquisa bibliográfica acerca dos saberes tradicionais, plantas e ervas medicinais, mulheres e educação, com destaque para Freire (1987), Pinto (2004, 2010), Brandão (2017) e Pinto (2018), empreendeu-se uma pesquisa qualitativa com entrevistas semiestruturadas e conversas livres com três mulheres ribeirinhas. A coleta de narrativas orais evidenciou a valorização das práticas culturais de cura, demonstrando sua autonomia no uso cotidiano de remédios caseiros para tratar doenças em sua comunidade.

Palavras-chave: Educação. Saberes. Práticas de Cura. Mulher Ribeirinha.

1 INTRODUÇÃO

Este estudo investiga como as mulheres ribeirinhas da Ilha Tément, em Cametá (PA), exercem seus saberes relacionados às plantas medicinais e constroem sua identidade mediante suas vivências culturais e ancestrais. Também analisa a hegemonia de modelos educacionais homogeneizadores que desconsideram a historicidade e a experiência dessas mulheres, detentoras de saberes ancestrais de cura. Além disso, busca compreender a transmissão, os ensinamentos e a aquisição desses conhecimentos, explorando como aprendem e aplicam o manejo dos remédios da terra.

Quando se trata dos saberes tradicionais de cura com plantas medicinais, observa-se a resistência da prática empírica e a relação das mulheres amazônidas com a produção de remédios caseiros feitos à base de ervas e plantas. Ademais, ainda há poucos registros que valorizam e reconhecem essa trajetória sob a perspectiva das práticas culturais e socioespaciais (PINTO, 2010).

Nessa direção, Veiga-Neto (2012) reitera a necessidade de reconhecer nossos “porões”, isto é, os anseios e as motivações que direcionam o pesquisador em sua investigação. Destaca, ainda, a relevância de construir alicerces epistemológicos que fundamentem nossas práticas educativas.

Tal aspecto diz respeito à memória ancestral que carregamos, entrelaçada às vivências e às marcas da experiência que nos constituem. Ao revisitá-las, tem-se a oportunidade de localizar, identificar e reconhecer vestígios daquilo que fez e continua a fazer parte de nossa existência como prática cultural.

Para isso, é importante dialogar com as mulheres ribeirinhas que participam deste estudo como entrevistadas, detentoras de saberes e práticas de cura. Sua experiência possibilita visualizar tais conhecimentos no campo da educação. Ao valorizar suas práticas curativas com plantas medicinais, é factível traçar as linhas da subjetividade dessas mulheres e conectar-se com as multiplicidades representações que atravessam suas vivências.

O estudo dos saberes produzidos por essas mulheres ribeirinhas em seu cotidiano sociocultural é significativo para assimilar a prática pedagógica na educação de alunos ribeirinhos em seu próprio território. O saber cotidiano está vinculado à prática e à resolução de problemas práticos e imediatos. Freire (1996) destaca que essas relações entre educandos e o saber construído em seu cotidiano são fundamentais para o desenvolvimento das práticas pedagógicas.

A memória conecta significados às nossas relações sociais e, neste estudo, a memória oral das mulheres ribeirinhas sobre as plantas medicinais emerge como um meio de transmissão dos saberes ancestrais de cura. Essa transmissão ocorre conforme experiências e vivências cotidianas compartilhadas entre avós, mães e tias. De acordo com Pinto (2010), essas mulheres desenvolvem relações de afetividade e solidariedade que fortalecem os laços comunitários no dia a dia.

As discussões acerca de mulheres da região Tocantina, detentoras de saberes de cura com plantas medicinais, têm ganhado espaço na academia, permitindo debates que resgatam suas histórias, saberes e experiências cotidianas por meio das narrativas orais. Isso evidencia que os grandes feitos ao longo do tempo não pertencem exclusivamente ao patriarcado, que, por séculos, posicionou-se como protagonista da história. Os avanços teóricos indicam um movimento em direção a uma sociedade que repensa a hegemonia histórica dos saberes, ampliando a inclusão da representação sociocultural das mulheres, que sempre ocuparam e demarcaram seus espaços.

Durante a pesquisa de campo, evidenciou-se a riqueza das contribuições que essa temática pode fornecer à educação, além de seu valor na construção histórica do saber e das práticas socioeducativas. O cotidiano e os saberes das mulheres entrevistadas são o cerne deste estudo, posto que suas narrativas orais, imersas em memórias, vivências e experiências, revelam um universo cultural rico em detalhes e conhecimentos, especialmente nas práticas de cura. Na perspectiva de Pinto (2010, p. 106), “as práticas e saberes destas mulheres vão se consolidando ao longo dos anos”. Em vista disso, as mulheres ribeirinhas deste estudo exercem o dom de cura com plantas medicinais, um conhecimento transmitido culturalmente entre gerações na comunidade pesquisada.

Para nortear o estudo, metodologicamente, realizou-se uma pesquisa bibliográfica com obras de autores que abordam temas relacionados a plantas e ervas medicinais, mulheres, saberes tradicionais e educação, destacando-se: Freire (1987), Pinto (2004, 2010), Brandão (2017) e Pinto (2018). Empreendeu-se, ainda, uma pesquisa qualitativa com levantamento de fontes orais, mediante histórias de vida e experiências de mulheres da Ilha Téntem, em Cametá (PA), essenciais para a construção deste trabalho. Dessa forma, ao trilhar pelos caminhos da memória oral, eleita como fonte principal, buscou-se embasamento teórico e metodológico no estudo de Alessandro Portelli (1997), um dos autores especialistas em História Oral, que elucida a relevância e as características dessas fontes orais, ao asseverar que:

O precioso elemento que as fontes orais têm sobre o historiador, e que nenhuma outra fonte possui em medida igual, é a subjetividade do expositor. Se a aproximação para a busca é suficientemente ampla e articulada, uma secção contrária da subjetividade pode emergir. Fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez (PORTELLI, 1997, p. 31).

Trabalhar com fontes orais exige uma significativa aproximação com os sujeitos da pesquisa, cujos relatos carregam experiências únicas. A subjetividade presente nessas narrativas é inestimável, uma vez que reflete a vivência de indivíduos e comunidades que, por meio da arte do detalhe, tecem suas representações culturais, deixando sua história, seu legado e herança cultural.

As fontes orais conectam a pesquisa às relações humanas, viabilizando aprender com as histórias e os relatos das mulheres que colaboram com este estudo. Pinto (2010) ressalta que o trabalho com a História Oral estabelece laços profundos com os entrevistados, aproximando-nos de suas trajetórias e tornando suas experiências parte do próprio processo investigativo.

Conforme a análise de Portelli (1997), que considera a subjetividade elemento central das narrativas orais, compreende-se que as histórias de vidas das mulheres ribeirinhas possibilitam acompanhar o fluxo da memória e suas ressignificações ao longo das gerações. Esse percurso revela como os saberes relacionados a plantas medicinais foram transmitidos por suas mães, avós e bisavós reforçando a importância desse conhecimento ancestral.

A memória, nesse cenário, ressignifica-se mediante a linguagem, que movimenta e promove sua valorização cultural dentro da comunidade. Por esse motivo, a abordagem das narrativas orais com essas mulheres ribeirinhas se torna imprescindível, uma vez que suas histórias de vida atravessam dimensões sociais, culturais e religiosas da população na qual estão inseridas, justificando a importância da análise dessas fontes orais.

Em virtude disso, a pesquisa foi articulada sob uma perspectiva sociocultural e educacional, caracterizando-se como etnográfica, devido ao significado histórico das práticas estabelecidas pelas mulheres entrevistadas; qualitativa, por analisar a subjetividade dessas experiências; e participante, ao envolver a interação direta com o grupo investigado. Tal percurso possibilitou a imersão na comunidade da Ilha Tétem para compreender as vivências das participantes e registrar seus saberes tradicionais.

2 SABERES, LIDERANÇA E RESISTÊNCIA: MULHERES RIBEIRINHAS NA PRESERVAÇÃO DAS PRÁTICAS DE CURA

2.1 O PAPEL DE LIDERANÇA DE DONA MARIA DO CARMO MACIEL NA PROVISÃO DAS NECESSIDADES BÁSICAS DE SAÚDE NA COMUNIDADE

O saber tradicional do uso de plantas e ervas medicinais é uma prática ancestral integrada ao cotidiano de diversas sociedades. “Deste modo, plantas são usadas como o único recurso terapêutico de uma parcela da população brasileira e de mais de 2/3 da população do planeta” (ARGENTA *et al.*, 2011, p. 52). Esse saber tradicional milenar é parte indissociável da identidade das comunidades ribeirinhas do interior da Amazônia, carregando consigo aspectos da cultura desses povos.

Nesse cenário do manuseio de plantas com propriedades terapêuticas, as mulheres assumem um papel de destaque, pois, em consonância com Borges (2021), são elas que, na maioria das vezes, utilizam plantas e ervas para tratar a enfermidade de suas comunidades.

Dessa forma, a prática da cultura popular de lidar com as plantas, nesse caso, sempre foi destacada devido às suas potencialidades terapêuticas aplicadas durante séculos. Desde então, os cuidados com a saúde vêm sendo desenvolvidos, principalmente, pelas mulheres, que utilizavam e utilizam plantas e ervas medicinais para tratar da saúde das pessoas da sua família (BORGES, 2021, p. 123).

Desse modo, conhecer, por intermédio da História Oral, a experiência das moradoras da Ilha de Tément, suas vivências e práticas, é um exercício enriquecedor que valoriza suas vozes e reconhece o vasto conhecimento que essas mulheres detêm. A ribeirinha dona Maria do Carmo Maciel, de 50 anos de idade, mais conhecida na comunidade da Ilha de Tément como dona Duca, é uma mulher alegre e autêntica, com uma risada singular. Casada e mãe de quatro filhos, é uma grande conhecedora de plantas medicinais e produz diversos remédios caseiros a partir delas.

Ao abordar as atividades cotidianas, dona Maria do Carmo se identifica como dona de casa e, ocasionalmente, realiza algumas costuras para seus conhecidos. Além disso, desempenha o papel de coordenadora da Pastoral da Criança na comunidade ribeirinha da Ilha Tément, uma função de grande relevância para os habitantes da região. Seu papel de liderança se manifesta na constante atuação para suprir as necessidades de sua gente.

Pinto (2010, p. 109) ressalta que “essas mulheres, ao ultrapassarem a condição do ‘ser frágil’ e ‘passivo’, foram capazes de construir a história de suas próprias existências e de seus povoados, através da força típica advinda de suas personalidades e de suas múltiplas formas de resistência”. Nessa senda, observa-se que dona Maria do Carmo Maciel (dona Duca) assume papéis indispensáveis na manutenção do cuidado da saúde dos habitantes da comunidade. Para compreender os diferentes papéis de dona Duca, é preciso conhecer um pouco acerca da Pastoral da Criança e sua conexão com a experiência e as práticas dessa mulher em sua localidade.

Fundada em 1983, na cidade de Florestópolis, estado do Paraná, pela médica sanitária e pediatra, Dra. Zilda Arns Neumann, e pelo então Arcebispo de Londrina, Dom Geraldo Majella Agnelo, a Pastoral da Criança tem como missão:

[...] promover o desenvolvimento das crianças, à luz da evangélica opção preferencial pelos pobres, do ventre materno aos seis anos, por meio de orientações básicas de saúde, nutrição, educação e cidadania, fundamentadas na mística cristã que une fé e vida, contribuindo para que suas famílias e comunidades realizem sua própria transformação (QUEM SOMOS, n.d.).

A Pastoral da Criança é uma estrutura de ação social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) conforme o Decreto nº 05/2006 da CNBB. Na atualidade, faz parte da Comissão Episcopal Ação Sociotransformadora da Igreja Católica, tendo como atuação a:

[...] organização da comunidade e na capacitação de líderes voluntários que ali vivem e assumem a tarefa de orientar e acompanhar as famílias vizinhas em ações básicas de saúde,

educação, nutrição e cidadania tendo como objetivo o “desenvolvimento integral das crianças, promovendo, em função delas, também suas famílias e comunidades, sem distinção de raça, cor, profissão, nacionalidade, sexo, credo religioso ou político” (Artigo 2º do Estatuto) (QUEM SOMOS, n.d.).

Partindo desses pressupostos, a Pastoral da Criança desenvolve suas ações por meio da organização comunitária e do treinamento de líderes, que assumem a função de orientar e acompanhar as famílias vizinhas. Suas principais atividades incluem o acompanhamento de crianças de 0 a 6 anos e de gestantes, realizado por líderes voluntários que vivem nas próprias comunidades e tornam-se agentes de transformação social.

Outrossim, a Pastoral atua “de forma permanente e ativa no Controle Social das Políticas Públicas, em todos os níveis da federação”, mediante campanhas de mobilização. Atualmente, a Pastoral da Criança se faz “presente em todos os estados brasileiros e em outros 10 países da África, Ásia, América Latina e Caribe” (QUEM SOMOS, n.d.).

Em sua entrevista, Dona Maria do Carmo Maciel menciona a Pastoral da Criança como um projeto social da Igreja Católica, da qual é coordenadora na comunidade ribeirinha da Ilha Tément há nove anos. Ela destaca que a Pastoral foi recentemente integrada ao programa do governo Bolsa Família, o que permitiu a ampliação do acompanhamento nutricional na comunidade. O projeto social visa ao acompanhamento de mulheres grávidas e crianças de até seis anos.

Dona Maria do Carmo também evidencia que algumas famílias se cadastram tão somente após o nascimento das crianças e, atualmente, 52 famílias dessa localidade estão inscritas no programa. Sobre a Pastoral da Criança em sua comunidade, ela aponta que:

A Pastoral da Criança é um projeto social que agora a gente já incluiu no Bolsa Família, só que a gente pesa o peso nutricional, temos uma nutricionista já. Já faz dois anos que trabalhamos com nutrição e acompanhamos as grávidas e as crianças desde a gravidez até os seis anos. Mas há famílias que entram depois do nascimento da criança. Temos 52 famílias cadastradas, mas que atuam são só 49, essas famílias são daqui do Tément. Nós temos a nossa Pastoral aqui no rio, fundada com três líderes somente. A coordenadora de área também é daqui da nossa comunidade. Então, o objetivo dessa Pastoral da Criança é que nem do agente de saúde: ajudar as pessoas a manter a higiene, os cuidados com a alimentação, enfim, com tudo pra que evite problema de saúde (Maria do Carmo Maciel, moradora da Ilha Tément).

Dona Maria do Carmo evidencia, em sua fala, que a sua função na Pastoral da Criança se assemelha à de um agente de saúde, visto que orienta os habitantes da comunidade acerca da importância da higiene, da alimentação adequada e da prevenção de doenças. Quando uma criança ou uma mãe adocece, ela realiza o acompanhamento, oferece orientações e ensina o uso de remédios caseiros para tratar das enfermidades. Nesse sentido, conforme Pinto (2010):

A percepção aguçada, a observação e a habilidade desenvolvida e consolidada com a prática e experiência do dia a dia oferecem a elas a condição de médicas populares. Ao exercerem suas funções pautadas numa relação de afetividade e proximidade, acabam desempenhando importantes papéis no atendimento à saúde tanto de mulheres e crianças, como de toda uma população carente de áreas distantes e inacessíveis, onde a medicina oficial não chega (PINTO, 2010, p. 106-107).

Com base nas análises de Pinto (2010) sobre os papéis desempenhados por mulheres nas comunidades rurais da região do Tocantins, é possível compreender as relações que ocorrem com mulheres que assumem a liderança em questões sociais, suprindo as necessidades de sua comunidade. Devido aos saberes que detêm, essas mulheres são reconhecidas, com frequência, como “médicas populares”.

Os relatos de dona Duca evidenciam que sua vinculação ao trabalho está pautada na afetividade, na medida que não recebe nenhum auxílio governamental por suas atividades prestados na comunidade, caracterizando seu trabalho como totalmente voluntariado. Sobre isso, pondera:

É um trabalho solidário. Agora nós já conseguimos quando trocou a coordenadora, que ela já conseguiu cadastrar pra gente ganhar algumas coisas. Nós já ganhamos a macaxeira, o mel de abelha, mas dinheiro mesmo nós não ganha. O que a gente ganha é o da merenda, mas não é o suficiente, porque eles mandam assim: R\$ 1,50 por cada criança, isso não dá pra um copo de merenda. Mas pra eles, pela nutricionista lá, ela acha que tem que ser isso. Aí o que acontece, depende do que pesa, se no mês eu visitar 30 famílias, eu vou receber só o dinheiro dessas 30 que é pra comprar a merenda para o outro, mas pra nós mesmo, não. Recebe uma coisa muito importante que eu acho que é o carinho das famílias e das crianças, eu digo que essas crianças pra mim é como se fosse filhos. Infelizmente, nem todas as pessoas dão importância pra isso (Maria do Carmo Maciel, moradora da Ilha Têntem).

O relato de dona Duca revela o laço de solidariedade e afetividade que permeia seu trabalho solidário. Ao realizar encontros com as famílias cadastradas, seu desejo de contribuir para a saúde da comunidade, por meio da produção de remédios caseiros e da orientação, demonstra uma relação de cumplicidade. Para ela, o carinho recebido em troca tem um valor inestimável, servindo como motivação para continuar a cuidar do bem-estar de sua gente.

Da mesma forma, seu trabalho voluntário na Pastoral da Criança reflete seu comprometimento e a solidariedade, particularmente na forma amorosa com a qual cuida das crianças. Como ela mesma afirma: “...essas crianças pra mim é como se fosse filhos”, demarcando que os pequenos são vistos como parte de sua família, cujo crescimento saudável precisa ser acompanhado com dedicação e afeto.

2.2 AFETIVIDADE E CUMPLICIDADE DE DONA LUZIA DO SOCORRO PINTO BATISTA NAS SUAS TROCAS DE SABERES COM PLANTAS MEDICINAIS

O espaço cultural em que uma pessoa está inserida impacta, consideravelmente, seu cotidiano, suas relações sociais e a construção de sua identidade, que se constitui conforme o sentimento de

pertencimento (HALL, 2016). Nesse contexto, evidencia-se, brevemente, a história de vida, as vivências e os saberes de dona Luzia do Socorro Pinto Batista, de 53 anos, mãe de cinco filhos, casada e que se considera como dona de casa.

Essa mulher ribeirinha detém vasto conhecimento sobre plantas medicinais, reconhecendo, cultivando e manejando diversas espécies. Utiliza folhas, cascas, sementes, raízes, frutos, óleos e seivas para a feitura de remédios caseiros, além de cultivar hortaliças para consumo próprio.

Para mulheres ribeirinhas como dona Luzia, a medicina popular tradicional é valorizada por sua eficácia no cuidado com a saúde. Sua conexão com as plantas de propriedades curativas se reflete na produção de remédios caseiros, que suprem as necessidades básicas de saúde em locais em que a medicina oficial ainda não está amplamente acessível.

As narrativas de dona Luzia revelam que seus saberes e práticas no manejo de plantas e ervas medicinais estão associados ao cuidado com os problemas de saúde enfrentados pelos habitantes da comunidade ribeirinha da Ilha de Tément. Essa atuação a torna uma das voluntárias da Pastoral da Criança, na qual participa de encontros e oficinas que incentivam boas práticas de higiene na produção dos remédios caseiros. Ademais, ela compartilha e troca receitas, aprimorando seus conhecimentos no que tange ao cultivo e o uso terapêutico das plantas medicinais.

Outro aspecto marcante no cuidado de dona Luzia com as crianças é sua responsabilidade e seriedade no tratamento das doenças, essencialmente em caso urgentes que demandam atenção imediata:

O que a gente pode fazer, a gente faz. A gente não vai deixar aqui (a criança doente), por exemplo, dar uma diarreia na criança, aí a gente orienta a mãe pra dar o soro caseiro, tem aquela colherzinha do soro, que é duas de açúcar, mas com água fervida, água limpa, não vai pegar essa água do rio e fazer o soro caseiro não, tem que ser água limpinha. Aí pega duas colheres de açúcar e uma de sal, ela fica (soro caseiro) igual à água do coco, aí dar pra criança. Aí a gente orienta a levar no médico (Luzia do Socorro Pinto Batista, moradora da Ilha Tément).

Em virtude disso, os remédios caseiros são preparados a partir da dosagem precisa de folhas, ervas, frutos, flores, cascas e raízes, transformando-se em infusões, xaropes, chás e garrafadas para tratar diversas enfermidades. Os saberes dessas mulheres são imprescindíveis nas comunidades tradicionais ribeirinhas, nas quais a medicina tradicional é fundamental para o cuidado com a saúde e o bem-estar. Muitos moradores preferem os remédios naturais caseiros por não apresentarem efeitos colaterais. Entre as mães, é comum o uso desses preparos para tratar gripes, dores de barriga, dores de cabeça de seus filhos, confiando no conhecimento e na experiência das mulheres que dominam o manejo de ervas e plantas medicinais.

2.3 DONA AÍDA MARIA GONÇALVES DA CRUZ E A MANUTENÇÃO DE SEUS SABERES NA COMUNIDADE RIBEIRINHA DA ILHA TÉNTEM

Dona Aída Maria Gonçalves da Cruz, de 35 anos, é mais uma das mulheres da comunidade ribeirinha de Tément reconhecida por seus remédios caseiros e muito procurada para tratar de sua gente. Moradora da Ilha, é dona de casa, casada, mãe de duas filhas e formada em Pedagogia, embora se identifique profissionalmente como pescadora.

Além de atuar no Conselho Comunitário da Ilha Tément, dona Aída é bastante conhecida por sua relação com as plantas medicinais, cultivada desde a infância. Tal reconhecimento é um legado transmitido por gerações, aprendido com sua avó e mãe, que também dominavam os saberes e as práticas da medicina tradicional, conforme narra:

As plantas medicinais vieram por meio da minha avó e da minha mãe, e geralmente quando a gente tava com febre ou tinha problemas de dor de garganta, elas sempre faziam chás, faziam banho na gente, também elas plantavam pra colocar no alimento. Foi através dela que veio o meu desejo de continuar (Aída Maria Gonçalves da Cruz, moradora da Ilha Tément).

A narrativa de dona Aída Maria ilustra, com clareza, de que forma ocorre a transmissão dos saberes relativos às plantas medicinais e a resistência dessas práticas empíricas, que se perpetuam por intermédio da oralidade e da observação cotidiana, passando de uma geração de mulheres para outras. Afinal, conforme destaca Pinto (2018, p. 5), essas mulheres são “sábias, aprendizes da natureza, cujas lições eram as práticas de infusões, unguento e beberagem de folhas, cascas e raízes de pau para curar os males do corpo”.

Em conformidade com essa visão, dona Aída Maria enfatiza a relevância da transmissão oral desses saberes para sua preservação. Como ela mesma afirma: “todo conhecimento, se ficar retido pra gente, não vale de nada, porque quando a gente partir, vai se acabar”. Tal percepção revela sua compreensão no tocante à necessidade de deixar o legado para sua comunidade. Para ela, garantir que suas filhas continuem a exercer esses saberes milenares é primordial. Nesse sentido, ela reforça:

Quando eu faço a troca do esterco, elas (suas duas filhas) tão junto comigo, eu vou explicando pra elas pra que serve, como são os nomes delas (plantas medicinais). E também, quando vou fazer algum chá, eu falo “Isa, vai lá buscar tal plantinha”. Ela fala: “como é?”. “Olha é assim, assim da folha miudinha”. A Helena de novo, peço pra ela vim buscar. Elas já conhecem, elas não sabe fazer. Quando eu tô fazendo, eu coloco elas no lado pra elas irem aprendendo (Aída Maria Gonçalves da Cruz, moradora da Ilha Tément).

A fala de dona Aída Maria elucida sua compreensão acerca da importância de preservar os saberes a respeito de plantas medicinais, transmitindo, principalmente, esses conhecimentos para suas

filhas, ainda crianças, mas que desde cedo precisam desenvolver autonomia para reconhecer e, futuramente, preparar remédios caseiros quando necessário.

Mais uma vez, nota-se a forte ligação desses saberes tradicionais com o território ribeirinho, onde tudo se reconfigura, ressignifica-se e se reconstrói dentro de uma dinâmica cultural própria. Essas mulheres são verdadeiras guardiãs das matas, rios e igarapés, bem como das experiências históricas de seu povoado (PINTO, 2004).

Nesse entrelaçar de saberes sendo vivenciado cotidianamente pelos moradores da Ilha Tément, dona Aída Maria compartilha sua vivência na Pastoral da Criança e, com entusiasmo, relata que:

A nossa comunidade participa dos encontros da Pastoral da Criança, e esse ano é o segundo ano da feirinha que a gente faz das plantas medicinais e ornamentais. Aí quando a mãe fala o nome da planta, os filhos explica, senão o filho fala o nome da planta e a mãe explica (são dinâmicas realizadas na feirinha para o aprendizado das plantas medicinais). É uma forma da comunidade tá conhecendo, as crianças irem crescendo, os jovens continuarem sabendo (Aída Maria Gonçalves da Cruz, moradora da Ilha Tément).

Sob tal perspectiva, é factível compreender o forte desejo de manter viva a memória dos saberes sobre plantas medicinais na comunidade, criando oportunidades para compartilhá-las com os habitantes por meio de vivências, feiras, encontros e visitas domiciliares. Segundo Pinto (2010), as mulheres desempenham papéis importantes no cuidado da saúde de mulheres, crianças e de todos que precisam. Para a autora, “são relações de afetividade e cumplicidade que as tornam médicas do seu próprio povoado e são reconhecidas, valorizadas e procuradas cotidianamente para cuidar da saúde de sua gente” (PINTO, 2010, p. 105-107).

Dona Aída Gonçalves, integrante da Pastoral da Criança, participa ativamente dos encontros, auxiliando na organização de oficinas e compartilhando seus conhecimentos na feitura dos remédios caseiros. As narrativas dessas mulheres ribeirinhas transbordam saberes e técnicas práticas sobre o cultivo e o manejo das plantas medicinais, demonstrando a riqueza cultural e identitária dessas práticas ancestrais. Tal cenário ressalta o protagonismo feminino na manutenção e na transmissão dos saberes tradicionais de cura na região.

3 PROCESSO EDUCATIVO: A DIALÉTICA ENTRE OS SABERES CULTURAIS LOCAIS COM O ENSINO FORMAL

As mulheres ribeirinhas entrevistadas evidenciam, em suas falas, representações enraizadas em suas práticas sociais cotidianas. Seus saberes experienciais emergem da relação com as águas, a mata, as plantas e ervas medicinais e culturas locais, manifestando-se nos âmbitos educacional, religioso, medicinal e cultural. Ao navegar por esses rios de conhecimento, torna-se exequível refletir

sobre as práticas educativas que integram tais saberes culturais dentro da comunidade, promovendo sua compreensão e valorização entre os alunos ribeirinhos.

Para pensar a educação como prática cultural, Freire (1987) discute a postura de professores que ignoram a vivência cultural de seus alunos, reduzindo-os a meros ouvintes em salas de aula. Nesse aspecto, para o autor:

Falar da realidade como algo parado, estático, compartimentado e bem-comportado, quando não falar ou dissertar sobre algo completamente alheio à experiência existencial dos educandos vem sendo, realmente, a suprema inquietação desta educação. A sua irrefreada ânsia. Nela, o educador aparece como seu indiscutível agente, como o seu real sujeito, cuja tarefa indeclinável é “encher” os educandos dos conteúdos de sua narração. Conteúdos que são retalhos da realidade desconectados da totalidade em que se engendram e em cuja visão ganhariam significação. A palavra, nestas dissertações, se esvazia da dimensão concreta que devia ter ou se transforma em palavra oca, em verbosidade alienada e alienante (FREIRE, 1987, p. 33).

Nesse sentido, é imperiosa uma educação diferenciada, capaz de atender às necessidades do aluno ribeirinho. Para isso, o educador deve conhecer a cultura local, os aspectos que moldam as vivências e as experiências dos educandos. Dessa maneira, evita-se a introdução de realidades desconectadas do cotidiano ribeirinho, com conteúdos distantes da vivência daqueles que habitam regiões de águas, como as populações das ilhas do município de Cameté.

Uma educação inclusiva e de equidade, que valoriza elementos do cotidiano ribeirinho, torna-se pertinente ao fortalecer as representações culturais dos alunos. Para isso, é imprescindível que o educador construa suas práticas educativas em conjunto com os educandos, rompendo com um ensino meramente depositório, no qual “os educandos são os depositários e o educador o depositante” (FREIRE, 1987, p. 33). Essa abordagem, conhecida como visão bancária da educação, ignora os saberes experienciais adquiridos no cotidiano das comunidades ribeirinhas.

Em vista disso, a partir das narrativas das mulheres ribeirinhas sobre o uso das plantas medicinais, é possível compreender sua profunda conexão com a natureza e os elementos que estruturam seu modo de vida. Trata-se de uma educação popular, que vai além do ensino formal e enraíza-se um saber ancestral transmitido de geração em geração. Esse conhecimento se manifesta na fala de dona Socorro ao explicar o preparo dos remédios caseiros:

Quando deu um surto de gripe aqui, eu fazia xarope. Eu pego a urtiga, a vergamota, a hortelã, o Vick em planta, a folha jamacaru, um pedaço de gengibre e fervero tudo. Aí espremo tudo, aí vou tornar a ferver com açúcar e, depois, eu ponho o mel de abelha, que é pra essa tosse, elimina o catarro no peito. Veio muitas pessoas pedir esse xarope (Luzia do Socorro, 53 anos, moradora da Ilha Tément).

Os conhecimentos que dona Luzia possui são saberes profundamente enraizados na terra, na natureza e nas plantas, representando solidariedade e cumplicidade no cuidado com sua comunidade. Sua narrativa permite refletir sobre uma educação como cuidado, manifestada no cotidiano familiar, no qual educar significa instruir, cuidar e ensinar outras pessoas a preparar remédios caseiros.

Levar tais saberes para o ambiente escolar ribeirinho promove uma educação que valoriza as subjetividades e a oralidade, dando voz a mulheres que, com frequência, não frequentaram uma escola formal, mas detêm um conhecimento experiencial transmitido de uma geração a outra por intermédio da oralidade. Diante dessas reflexões, é compreensível a profunda conexão entre os saberes das práticas curativas com plantas medicinais e a natureza. Nessa senda, de acordo com Brandão (2017):

As interações entre a pessoa humana e a natureza, assim como as que se realizam entre as pessoas umas com as outras – mediatizadas pela natureza através da cultura – não são somente sociais. Elas são socialmente históricas, e devido a uma dupla razão. Primeira: porque elas se constroem no interior do processo da história. Segunda: porque elas constroem a própria história, que não é outra coisa mais do que o trabalho humano destinado a criar e significar as diferentes dimensões de uma cultura, dentro e através da qual comunidades humanas habitam o “seu mundo”. Ao transcender um mundo dado pela natureza e ao construir, material e simbolicamente um mundo de cultura, o homem se afirma, por sua vez, como criador de suas próprias condições de existência e como sujeito da história (BRANDÃO, 2017, p. 394).

Conforme Brandão (2017), a natureza conecta a ação humana a meio das trocas e experiências vivenciadas pelos sujeitos. Dessa relação, emergem cultura, significações e representações que moldam formas várias de construir histórias e de se reconhecer como parte integrante e indissociável da natureza, à qual todos pertencemos.

Figuras 1 e 2 – Aída Maria Gonçalves caminhando na mata entre a vegetação nativa e a que cultiva



Fonte: Fotografias de Erleney Garcia Arnoud, acervo de pesquisa (2024).

Conforme enfatiza Brandão (2017) e as Figuras 1 e 2 sugerem, a natureza está bastante presente na vivência cotidiana ribeirinha, configurando-se, simbolicamente, como um espaço de cultura e identidade, em que os indivíduos se tornam sujeitos históricos. As Figuras 1 e 2 demonstram que a mata é um ambiente de riqueza de saberes, pois dela são extraídas ervas medicinais, cascas e raízes de árvores para a produção de chás, xaropes, benzimentos e banhos, além de ser cultivada uma grande diversidade de vegetação essencial para a sobrevivência dos habitantes.

Ao adentrar a mata com a entrevistada Aída Maria, observamos sua relação cotidiana com a natureza e sua consciência ecológica em preservá-la, porquanto é desse ambiente que extrai plantas e ervas medicinais para a produção de seus remédios caseiros. Dessa forma, pensar uma prática educativa que valorize esses saberes, a relação com a natureza e a cultura presente nas conexões com o povo ribeirinho é indispensável. Esse modelo de educação, segundo Freire (1987), caracteriza-se como libertadora, na medida em que:

A educação libertadora, problematizadora, já não pode ser o ato de depositar, ou de narrar, ou de transferir, ou de transmitir “conhecimentos” e valores aos educandos, meros pacientes, à maneira de educação “bancária”, mas um ato cognoscente. Como situação gnosiológica, em que o objeto cognoscível, em lugar de ser o término do ato cognoscente de um sujeito, é o mediatizador de sujeitos cognoscentes, educador, de um lado, educandos, de outro, a educação problematizadora coloca, desde logo, a exigência da superação da contradição de educador-educandos. Sem esta, não é possível a relação dialógica, indispensável à cognoscibilidade dos sujeitos cognoscentes, em torno de um mesmo objeto cognoscível (FREIRE, 1987, p. 39).

Para Freire (1987), uma educação libertadora deve, antes de tudo, reconhecer e valorizar a autonomia dos educandos, promovendo a reflexão crítica como um caminho para a transformação de sua realidade. Esse processo assegura o reconhecimento da identidade cultural, estimula a curiosidade e incentiva a experimentação da própria realidade sociocultural. Adicionalmente, permite a troca de experiências entre educandos, fortalecendo seus saberes. Todavia, para que isso aconteça, o educador deve atuar como mediador e conhecedor, e não como uma figura de autoridade.

Tendo em vista a educação como ato de cuidado e como processo popular que, costumeiramente, não está presente no ensino formal, Oliveira (2008) destaca que:

A educação se apresenta no cotidiano familiar, no sentido de orientar, de dar atenção, de explicar, tendo como referência a sabedoria adquirida pela idade. O cuidar adquire o sentido atitudinal de respeito às pessoas, de acolhimento do outro, independente de idade e também uma dimensão de alteridade. Educar é saber respeitar o outro tanto adultos quanto crianças (OLIVEIRA, 2008, p. 72).

É possível associar a ideia da autora ao relato de dona Luzia do Socorro, que destaca a relevância dos encontros realizados na Pastoral da Criança, na comunidade Ilha Tétem, como uma forma importante de manter os saberes curativos com plantas medicinais. Nessas oficinas, diversas mulheres participam para aperfeiçoar seus conhecimentos sobre o uso terapêutico das plantas, fortalecendo a transmissão desses saberes ancestrais. Acerca essa experiência, dona Luzia narra que:

A gente se reúne, é muita mulherada, não é só eu. Cada uma vai ensinando a outra, vai repassando o conhecimento que a gente tem. A gente aprende a fazer o xarope. Aí, lá não é só uma que faz, todo mundo faz. É um conhecimento ali. Um conhecimento que lá não tem nenhum professor, quem sabe vai ensinando (Luzia do Socorro, moradora da Ilha Tétem).

A partir de tais análises, nota-se que as mulheres ribeirinhas entrevistadas atuam como mediadoras dos saberes culturais sobre plantas medicinais. O conhecimento que possuem é compartilhado e transmitido mediante as relações afetivas, sem hierarquia entre quem sabe mais ou menos. Todas desempenham a mesma função na preservação e aplicação dos saberes curativos, baseados na experiência cotidiana.

Esse contexto exemplifica o que Oliveira (2008) define como educação constituída no cotidiano familiar, fundamentada no cuidado, na partilha, na cumplicidade e na sabedoria presente nessas relações culturais. Desse modo, elucida-se uma educação mediatizada pela troca de experiências dos sujeitos, na qual ensinar e aprender se tornam processos indissociáveis. No tocante a essa relação, Freire (1987) assegura que:

O educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos, assim, se tornam sujeitos do

processo em que crescem juntos e em que os “argumentos de autoridade” já não valem. Em que, para ser-se, funcionalmente, autoridade, se necessita de estar sendo com as liberdades e não contra elas. Já agora ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo (FREIRE, 1987, p. 39).

Nessa perspectiva, ao refletir sobre a dialética entre a educação popular, compreendida como um ato de cuidado, e a educação formal ensinada na escola, entende-se a significância de conectar esses dois tipos de saber. Integrar a educação como cuidado ao ambiente escolar ribeirinho viabiliza que os alunos ribeirinhos contextualizem o aprendizado a partir de sua realidade, promovendo uma reflexão sobre os saberes culturais pertencentes à sua comunidade. Nesse processo, cabe ao educador a tarefa de conhecer, mediatizar e fomentar a troca de saberes.

Nesse entrelaçamento de saberes, Oliveira (2008) exemplifica, de maneira clara, a dinâmica da educação popular das comunidades ribeirinhas, evidenciando de que forma esse saber único se manifesta no cotidiano e nas relações sociais. Para a autora:

A educação como cuidar está associada à cultura de conversa, isto é, ao saber experiencial apreendido no cotidiano social, através da oralidade. A oralidade apresenta-se como a forma típica das populações rurais-ribeirinhas de expressarem suas vivências, transmitirem seus saberes, valores e hábitos das gerações mais antigas às gerações mais novas, o que permite o enraizamento de uma cultura de conversa. No interior dessa cultura, a educação manifesta-se a partir das narrações de histórias vividas pelos mais velhos, cuja vivência os possibilitou adquirir uma sabedoria a ser transmitida às outras gerações (OLIVEIRA, 2008, p. 73).

Nesse sentido, incorporar o saber experiencial e a oralidade como formas de transmissão de saberes nas vivências escolares dos alunos ribeirinhos fortalece uma cultura, reiteradamente, ausente na educação institucionalizada. Quando o educador promove essa “cultura de conversa” em seu método de ensino, trazendo elementos enraizados na realidade do aluno ribeirinho, ele promove um ensino mais significativo e contextualizado.

Por exemplo, ao reconhecer o papel de mães, avós e tias como detentoras de saberes curativos com plantas medicinais ou ao valorizar a busca dessas mulheres para auxiliar no tratamento de doenças, o educador contribui para a valorização desses conhecimentos. Estimular diálogos que elucidam a relevância da mulher ribeirinha na transmissão de saberes medicinais reforça seu papel como agente de cuidado e conhecimento dentro da comunidade.

A comunidade ribeirinha ilha Téntem enfrenta desafios consideráveis no acesso a uma educação de qualidade. A Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Professor Jacinto Garcia (EMEIF), que atende a alunos do Jardim I ao nono ano, está sem funcionamento, comprometendo a continuidade dos estudos das crianças e adolescentes ribeirinhos. No tocante a essa questão, a entrevistada Aída Maria relata que a “prefeitura de Cameté estava construindo uma escola nova em

outro terreno que uma família doou para que a comunidade tivesse uma escola, mas a construção está paralisada desde o final de outubro de 2024 (Aída Maria, moradora da ilha Téntem).

No decorrer das visitas à comunidade da Ilha Téntem, foi possível observar a antiga escola, construída de madeira, já desgastada pelo tempo e sem estrutura adequada para um ambiente educacional. De acordo com o relato da entrevistada, a necessidade de uma escola era tão urgente que os próprios moradores doaram um terreno à prefeitura para a construção de uma nova unidade de ensino, garantindo que seus filhos pudessem estudar dentro da própria comunidade ribeirinha.

Tal situação evidencia os desafios enfrentados pela educação pública e como, amiúde, os discursos políticos não se traduzem em ações concretas, reforçando a falta de prioridade na oferta de uma educação de qualidade. Acerca disso, Nadal (2008) destaca que:

Ao longo dos anos e apesar de a educação figurar entre as prioridades que se apresentam nos discursos políticos, bem como a despeito da evolução das críticas e proposições das teorias educacionais, não se tem conseguido reverter satisfatoriamente o quadro da educação, em especial da educação pública. Talvez seja possível dizer que, em alguns sentidos, a situação tende a se agravar com a perda de alguns avanços duramente conquistados, já que o Estado Moderno, de Bem-Estar Social, passa a assumir uma postura neoliberal, ficando à mercê da lógica do mercado (NADAL, 2008, p. 8).

De acordo com a autora, a educação ainda enfrenta grandes desafios, sobretudo no contexto da educação pública, na qual a luta por qualidade se torna ainda mais intensa e desafiadora. Essa realidade é evidente na comunidade ribeirinha Ilha Téntem, cujos habitantes reconhecem a necessidade de reivindicar uma educação acessível dentro de seu território.

Na atualidade, a construção da EMEIF Professor Jacinto Garcia está paralisada, impossibilitando o acesso dos alunos ribeirinhos à instituição em virtude da segurança. No que concerne a essa situação, a entrevistada Aída Maria relatou que:

A Secretaria de Educação de Cametá, juntamente com a comunidade Cristã de Bom Jesus dos Navegantes de Téntem (Igreja Católica da localidade), deu com contrato feito pela advogada da Paróquia São José das Ilhas Diocese de Cametá, dando, assim, à prefeitura de Cametá (SEMED) o barracão para o funcionamento da EMEIF Professor Jacinto Garcia até que a escola fosse construída (Aída Maria, moradora da Ilha Téntem).

O relato da entrevistada sobre o funcionamento da escola na comunidade elucida o importante papel da Igreja Católica na luta pelas causas educacionais do povo ribeirinho da Ilha Téntem. Perante a precariedade educacional, a Igreja cedeu à Prefeitura de Cametá – SEMED o barracão de festas e reuniões, viabilizando um espaço provisório para que os alunos ribeirinhos pudessem continuar seus estudos enquanto aguardam a conclusão da construção da escola pela gestão municipal.

No transcurso da pesquisa em campo, a entrevistada abordou a questão das aulas e expôs:

As aulas ainda não começaram conforme o calendário da SEMED, o conselho comunitário não autorizou a renovação do contrato, só depois de uma reunião com o prefeito e o secretário de Educação para pedir explicação das partes dos gestores e exigir que volte imediatamente a retomada da construção da escola, sendo que se tiver acordo em ambas as partes, para as aulas comecem (Aída Maria, moradora da Ilha Tément).

A fala da entrevistada demarca a resistência da comunidade ribeirinha na luta pela garantia da escola, uma reivindicação conduzida pelo conselho comunitário da Ilha Tément, cujos membros fazem parte da Igreja Católica local. Tais representantes têm plena consciência da necessidade de lutar pelos direitos educacionais de seus filhos, mostrando um compromisso ativo com a causa. Diante disso, o sistema educacional público, gratuito e de qualidade precisa avançar, ultrapassando os discursos políticos e assegurando, de fato, o acesso à educação para os povos indígenas, ribeirinhos e quilombolas. Outro aspecto relevante mencionado por Aída Maria refere-se ao transporte escolar na comunidade ribeirinha. Segundo ela, “o transporte escolar é escasso, quando têm, os alunos vão. Quando não, os pais levam de rabetas, casco a remo ou barco pequeno”.

Tal realidade desvela as barreiras enfrentadas pelas comunidades ribeirinhas da região do Baixo Tocantins no que se refere ao direito ao transporte escolar, que não é plenamente garantido. Diversas irregularidades dificultam o acesso dos alunos a esse serviço essencial, conforme destacam os seguintes autores:

O transporte escolar é uma política assegurada pela constituição federal, e garante acesso às instituições de ensino, nas comunidades ribeirinhas, esse serviço é tão essencial quanto a própria escola, principalmente com a implantação da política de nucleação das escolas. Apesar de ser uma política pública de extrema importância, o transporte escolar enfrenta uma série de problemas e irregularidades que vão desde a contratação das embarcações até o seu funcionamento. O transporte escolar é uma política educacional e por está ligado à mobilidade e à territorialidade ribeirinha é também uma política territorial (VEIGA; RIBEIRO; PEREIRA, 2016, p. 2).

O transporte escolar é um direito fundamental do aluno ribeirinho e, quando não garantido, acarreta diversos problemas, como a evasão escolar e as dificuldades no acesso à escola. Trata-se de uma política pública diretamente relacionada ao direito de ir e vir desses estudantes, tornando-se relevante a luta por essa efetivação. Dessa maneira, de acordo com os autores, o transporte escolar ribeirinho:

No município de Cametá-PA, enfrenta uma série de problemas, primeiramente o processo político de gestão é bastante complexo e problemático, em relação: à contratação, à regulação e ao funcionamento do transporte escolar fluvial. Este apresenta sérias irregularidades e conflitos envolvendo a política (partidária), a gestão pública municipal, direção e professores de escolas, pais de estudantes ou responsáveis, estudantes e barqueiros do transporte escolar fluvial (VEIGA; RIBEIRO; PEREIRA, 2016, p. 2).

Ante o exposto, são notáveis diversos problemas enfrentados pelo transporte escolar ribeirinho, uma realidade que se estende a outras comunidades do Baixo Tocantins. Na Ilha Téntem, tais dificuldades impactam a educação, prejudicando seu pleno desenvolvimento. Diante disso, representantes da Igreja Católica, juntamente com os moradores da comunidade, seguem na luta e na reivindicação por uma educação de qualidade, condizente com seus direitos.

As dificuldades da educação ribeirinha no Baixo Tocantins são perceptíveis nas narrativas da entrevistada Aída Maria, moradora da Ilha Téntem. Entre os inúmeros desafios enfrentados, destacam-se a ausência de políticas educacionais eficazes, a paralisação da construção da escola, a precariedade do transporte escolar e outras barreiras que comprometem o acesso ao ensino.

Mediante tal cenário, é imprescindível desenvolver uma prática educativa que valorize a cultura local, os saberes curativos com plantas medicinais de mulheres ribeirinhas, assim como as vivências e as experiências de homens e mulheres da comunidade. Sob tal ótica, Nadal (2008) destaca que:

A função clássica da escola – garantir a transmissão dos conhecimentos – tem sua importância mantida quando ressignificada, pois os conhecimentos escolares já não podem ser vistos como mera adaptação dos científicos que se apresentam por meio de manuais escolares e, seguindo sua lógica, serem tomados como verdades definitivas e fechadas a serem apresentadas aos alunos para serem assimilados. A escola precisa abrir espaço para acolher as dimensões experienciais, afetivas e locais (NADAL, 2008, p. 8-9).

Isso significa que os saberes e as representações culturais historicamente construídas por essa população ribeirinha devem ser reconhecidos pelos educadores, posto que constituem uma pedagogia de significativa relevância. As práticas sociais cotidianas configuram uma educação do cuidado, ao passo que a integração entre a educação popular e o ensino formal possibilita uma educação libertadora. Como defende Freire (1987), é fundamental promover a valorização da identidade cultural no processo educativo.

5 CONCLUSÃO

O percurso deste estudo possibilitou compreender, em consonância com as narrativas orais das mulheres entrevistadas, que elas são guardiãs da memória e da construção dos saberes que emergem cotidianamente no território ribeirinho ao qual pertencem. O contexto social em que estão inseridas está intrinsecamente articulado à sua identidade, definindo suas representações culturais, enquanto seus saberes se conectam com as matas, os rios e os elementos naturais que compõem seu cotidiano.

Outro aspecto relevante é o papel da Igreja Católica na comunidade ribeirinha da Ilha Téntem, que coopera com a valorização e a manutenção das práticas culturais relacionadas à produção de

remédios caseiros. Esse espaço religioso também exerce uma função indispensável na transmissão oral dos saberes, promovendo encontros entre mulheres que exercem atividades curativas com plantas medicinais e perpetuando valores e tradições culturais.

No que tange aos saberes medicinais, constatou-se um conhecimento extenso sobre a finalidade terapêutica de cada planta para o tratamento de diversas enfermidades. Tais saberes são transmitidos oralmente ao longo de gerações das bisavós para as avós, e destas para as mães e filhas. Esse universo de conhecimentos é marcado por vivências cotidianas que fortalecem relações de solidariedade, afetividade e cuidado com a comunidade.

As práticas curativas dessas mulheres são cruciais para o bem-estar coletivo, na medida em que fornecem cuidados básicos de saúde. Em situações emergenciais, os remédios caseiros que produzem estão prontamente disponíveis para tratar enfermidades comuns, como dor de barriga, dor de cabeça, gripe, inflamações e diarreia, entre outros.

Mediante o exposto, este estudo reflete a interação entre a educação como cuidado e a educação formal aprendida na escola. O entrelaçamento desses dois tipos de ensino nas práticas educativas das comunidades ribeirinhas do Baixo Tocantins é primordial para fortalecer as experiências culturais e valorizar os saberes curativos com plantas medicinais. Assim, ao integrar tais conhecimentos ao ambiente escolar, o aluno ribeirinho pode se reconhecer nessa educação como parte de sua vivência e identidade.

REFERÊNCIAS

ARGENTA, Scheila Crestanello et al. Plantas medicinais: cultura popular versus ciência. *Vivências*, [S.l.], v. 7, n. 12, p. 51-60, maio 2011. Disponível em: <https://www.ufpb.br/nepfh/contents/documentos/artigos/fitoterapia/plantas-medicinais-cultural-popular-versus-ciencia.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2024.

BIOGRAFIA DA DRA. ZILDA Arns Neumann. *Pastoral da Criança*, n.d. Disponível em: <https://www.pastoraldacrianca.org.br/biografia-dra-zilda>. Acesso em: 22 nov. 2024.

BORGES, Lediane Silva. História, memórias, educação e (r)existência: entre saberes e fazeres do/no Quilombo de Bailique Centro, Município Oeiras do Pará. 2021. 162 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Cultura) – Universidade Federal do Pará, Cametá, 2021. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1YN7Qxo4B8utBRLg03tpj7qvEoO7Eagox/view>. Acesso em: 22 nov. 2024.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A educação como cultura. *Memórias dos anos sessenta. Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 23, n. 49, p. 377-407, set./dez. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832017000300014>

DRA. ZILDA ARNS Neumann – mensageira da Paz e do Bem! *Pastoral da Criança*, n.d. Disponível em: www.pastoraldacrianca.org.br/dra-zilda-arns-neumann. Acesso em: 22 nov. 2024.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

HALL, Stuart. *Cultura e Representação*. Trad. de Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

NADAL, Beatriz Gomes. A escola e sua função social: uma compreensão à luz do projeto de modernidade. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 7., 2008, Itajaí. *Anais...* Itajaí: ANPEDSUL, 2008.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. *Cartografias Ribeirinhas: saberes e representações sobre práticas sociais cotidianas de alfabetizando amazônidas*. 2. ed. Belém: EDUEPA, 2008.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. *Nas veredas da sobrevivência: memória, gênero e símbolos de poder feminino em povoados amazônicos*. Paka Tatu: Belém, 2004.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. *Filhas das Matas: práticas e saberes de mulheres quilombolas na Amazônia Tocantina*. Belém: Editora Açaí, 2010.

PINTO, Sherlyane Louzada. *Plantas Medicinais: saberes, práticas e ensinamentos presentes na vivência de antigos moradores da cidade de Cametá-PA*. 2018. 133 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Cultura) – Universidade Federal do Pará, Cametá, 2018.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a História Oral diferente? *Projeto História*, São Paulo, n. 14, p. 25-39, fev. 1997.

PORTELLI, Alessandro. História Oral como arte de escuta. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

QUEM SOMOS. Pastoral da Criança, n.d. Disponível em: <https://www.pastoraldacrianca.org.br/quemsomos>. Acesso em: 22 nov. 2024.

VEIGA, Adriana de Jesus Viana; RIBEIRO, Andressa Leandra Pantoja; PEREIRA, Edir Augusto Dias. Representação cartográfica do transporte escolar ribeirinho nas ilhas do município de Cametá-PA. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 18., 2016, São Luís. Anais... São Luís, 2016.

VEIGA-NETO, Alfredo. É preciso ir aos porões. Revista Brasileira de Educação, v. 17, n. 50, maio/ago. 2012.